



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA – MG
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2025
TERMO DE REFERÊNCIA E ESTIMATIVA DA DESPESA

1. DO OBJETO:

Contratação da Empresa **INSTITUTO DE DIREITO PUBLICO AVANÇADO LTDA**, para serviço de Consultoria e Treinamento sobre a Lei de Licitações e Contratos de acordo com a Lei 14.133/2021, no período de 12 meses, na Câmara Municipal de Boa Esperança - MG.

2. DA JUSTIFICATIVA:

A contratação será realizada com a empresa **INSTITUTO DE DIREITO PUBLICO AVANÇADO LTDA**, por meio de processo de inexigibilidade de licitação, conforme o disposto no art. 74, inciso III, alínea "c".

A escolha da empresa **INSTITUTO DE DIREITO PUBLICO AVANÇADO LTDA**, inscrita no CNPJ nº33.189.097/0001-81, justifica-se necessidade de capacitação e atualização de conhecimentos para exercício de suas funções. A Lei nº 14.133/2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, impõe à administração pública a obrigatoriedade de adotar todas as medidas necessárias para o adequado planejamento das contratações e para a implementação de medidas de governança, conforme disposto nos artigos 11 e 169 da referida norma. Essas exigências demandam que os gestores públicos realizem avaliações constantes dos processos internos, promovam a estruturação dos diversos setores do órgão, elaborem diagnósticos contínuos sobre todas as etapas das contratações e da execução contratual, e assegurem a conformidade dos procedimentos com os princípios da legalidade, eficiência e transparência.

Para o cumprimento efetivo dessas determinações, é indispensável que os servidores públicos responsáveis pela condução das contratações, bem como os gestores e fiscais de contratos, possuam conhecimento atualizado e aprofundado sobre os dispositivos, conceitos e práticas introduzidos pela nova Lei de Licitações e Contratos. Assim, a contratação de consultoria e treinamento específico sobre a Lei nº 14.133/2021 se apresenta como medida essencial para garantir a correta aplicação da legislação vigente, promover a capacitação técnica e jurídica dos servidores envolvidos, reduzir riscos de falhas processuais e responsabilizações, além de implementar uma cultura organizacional voltada à governança, à integridade e à eficiência administrativa.

Desse modo, o investimento em capacitação atende diretamente às determinações legais de governança e profissionalização da gestão pública, contribuindo para o fortalecimento institucional e para a segurança jurídica das contratações realizadas pelo órgão.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

	DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS
1	LEVANTAMENTOS E DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA – MG
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



	Realização de diagnóstico minucioso do setor de licitações e contratos, do setor de compras, dos órgãos demandantes e da estrutura administrativa da Câmara Municipal, com vistas à implementação de uma política de gestão de competências e segregação de funções. O levantamento deverá abranger: Mapeamento das rotinas de trabalho e fluxos processuais de contratação; Identificação de sobreposições e lacunas de responsabilidades; Proposição de ajustes para garantir a segregação de funções conforme o art. 7º da Lei nº 14.133/2021; Identificação das competências necessárias para cada função envolvida no metaprocessos de contratação pública.
2	REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 Elaboração dos anteprojetos de atos normativos regulamentares necessários à completa implementação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, incluindo: Regulamento geral de licitações e contratos da Câmara Municipal; Normas sobre dispensa e inexigibilidade; Regras sobre gestão e fiscalização contratual; Procedimentos para instrução de processos administrativos sancionatórios; Regramento sobre o funcionamento do agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação e linhas de defesa.
3	ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PADRONIZADA Desenvolvimento e padronização de todos os modelos de documentos previstos na Lei nº 14.133/2021, com atualizações periódicas, incluindo: Termos de referência, editais e contratos; Atos de dispensa e inexigibilidade; Minutas de pareceres jurídicos e despachos; Modelos de relatórios de gestão e fiscalização contratual. As atualizações deverão considerar alterações legislativas, normativas ou jurisprudenciais supervenientes.
4	ORIENTAÇÃO DAS LINHAS DE DEFESA Assessoria técnica aos órgãos que compõem as linhas de defesa da Câmara Municipal — setor de assessoramento jurídico e controle interno — em todas as fases do metaprocessos de contratação, visando à mitigação de riscos e ao fortalecimento da governança pública.
5	MENTORIA EM PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA – MG
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



	Mentoria técnica contínua aos servidores e departamentos demandantes para estruturação da fase de planejamento das contratações públicas, conforme o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, incluindo: Estruturação da necessidade de contratação; Definição do objeto e justificativas técnicas; Avaliação das alternativas e custos estimados.
6	MENTORIA NA ELABORAÇÃO DOS ARTEFATOS DA LEI Nº 14.133/2021 Suporte técnico e metodológico na elaboração dos documentos que integram o processo de contratação: Documento de Formalização de Demanda (DFD); Estudo Técnico Preliminar (ETP); Matriz de Riscos; Termo de Referência; Pesquisa de Preços de Mercado. Os artefatos deverão ser compatíveis com as diretrizes do TCU, SEGES/ME e TCE-MG.
7	MENTORIA E SUPORTE TÉCNICO AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO Apoio técnico permanente e personalizado ao agente de contratação, comissão de contratação e equipe de apoio, com orientações práticas e jurídicas nas fases interna e externa do processo licitatório, inclusive em hipóteses de dispensa e inexigibilidade.
8	ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CHECKLISTS OPERACIONAIS Criação e manutenção de checklists detalhados das etapas de cada modalidade de contratação (pregão, concorrência, dispensa, inexigibilidade, adesão a atas, etc.), para padronização e controle interno das rotinas administrativas. Os checklists deverão ser atualizados periodicamente conforme novas normas ou boas práticas de controle.
9	MENTORIA E SUPORTE TÉCNICO NA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS Apoio e mentoria técnica contínua aos gestores e fiscais de contratos, com: Revisão dos instrumentos contratuais e dos relatórios de execução; Elaboração de modelos de relatórios de acompanhamento; Definição de critérios para medição e atesto; Apoio na instauração de processos sancionatórios, se necessário.
10	IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E SEGURANÇA JURÍDICA



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA – MG
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



	Acompanhamento e apoio técnico à implementação de um sistema de governança em contratações públicas, voltado à mitigação de riscos e à criação de um ambiente de segurança jurídica para servidores e para a Alta Administração da Câmara. Inclui a proposição de fluxos, papéis institucionais e matriz de responsabilidades.
11	ASSESSORAMENTO TÉCNICO E EMISSÃO DE NOTAS TÉCNICAS Elaboração de notas técnicas e pareceres consultivos voltados à orientação da tomada de decisões nas diversas fases do processo de contratação, fundamentados em legislação, jurisprudência e boas práticas administrativas.
12	Capacitação Continuada dos Servidores Execução de programa de capacitação continuada, presencial ou online ao vivo, por meio de cursos, encontros e seminários temáticos, com emissão de certificado, abordando os seguintes módulos: Tema Carga Horária Mínima Aspectos Gerais da Lei nº 14.133/2021 8h Planejamento das Licitações 8h Contratação Direta por Dispensa e Inexigibilidade 8h Capacitação de Agentes de Contratação e Equipe de Apoio 16h Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos 8h Processo Administrativo Sancionatório 8h Os cursos presenciais poderão ocorrer na sede da Câmara ou na sede da contratada.
13	CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PRESENCIAL Realização de reuniões mensais presenciais na sede da Câmara Municipal, com a participação dos setores envolvidos, para acompanhamento das atividades, alinhamento de processos e orientação técnica contínua.
14	CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA REMOTA Prestação de consultoria técnica por meio de aplicativos de mensagens eletrônicas, e-mail ou videoconferência, mediante agendamento prévio. As videoconferências deverão ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a solicitação formal do contratante.
15	ASSESSORAMENTO EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

4. PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

- 4.1 O contrato tem o valor global de R\$ 63.138,00 (sessenta e três mil cento e trinta e oito reais) pelo período de 12 (doze) meses, sendo o valor mensal de R\$ 5.261,50 (cinco mil duzentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).
- 4.2 Os valores devidos pela Câmara serão pagos, até o 5º dia útil do mês seguinte ao do início da vigência do contrato, após recebimento da NFe e entrega dos serviços mediante apresentação da respectiva fatura acompanhado dos demais documentos fiscais.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:

A Câmara Municipal de Boa Esperança – MG faz saber que está em andamento um processo de contratação direta por inexigibilidade de licitação para curso de destinado ao poder



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA – MG
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



legislativo municipal com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea “f” e §3º, da Lei 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de **notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, **considera-se de notória especialização** o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Assim, a contratação da empresa para a prestação de serviços treinamento será por meio de contratação direta por inexigibilidade de licitação, conforme permite o artigo 74, inciso III, alínea “c” e §3º, da Lei 14.133/2021.

7. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO:

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela fiscal de contratos designada, **Cristielli Rabelo Marques**.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício 2025, conforme abaixo:

01.031.0001.2.024	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS
3390.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3390.35.03	CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA – MG
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



JUSTIFICATIVA E RAZÃO DA ESCOLHA

Processo administrativo Nº 043/2025

Empresa contratada: INSTITUTO DE DIREITO PUBLICO AVANÇADO LTDA, inscrita no CNPJ: 33.189.097/0001-81

Valor global da despesa: R\$ 63.138,00 (sessenta e três mil e cento e trinta e oito reais)

Prazo da contratação: 12 (doze) meses

Dotação orçamentária:

01.031.0001.2.024	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS
3390.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3390.35.03	CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Fundamento legal: artigo 74, inciso III, alínea “c”, da Lei nº14.133/21

A contratação para o serviço de Consultoria e Treinamento sobre a Lei de Licitações e Contratos de acordo com a Lei 14.133/2021 deve ser feita com a empresa INSTITUTO DE DIREITO PUBLICO AVANÇADO, inscrita no CNPJ: 33.189.097/0001-81, empresa de notória especialização, por meio de **CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, de acordo com o artigo 74, inciso III, da Lei de Licitações (14.133/2021).

De acordo com o §3º do artigo 74 da referida lei, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no capó de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Ademais, compulsando os autos confirma-se que a empresa ora contratada não irá ocasionar impacto financeiro do exercício de 2025 e encontra-se em dia com suas obrigações tributárias e fiscais, de acordo com os documentos que instruem o presente processo administrativo.

Anexo as declarações pertinentes para homologação do presente processo licitatório.

Boa Esperança, 25 de novembro de 2025.

Delber Augusto de Araújo
Presidente da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA – MG
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2025

O Agente de Compras da Câmara Municipal de Boa Esperança/MG, nomeado(a) pela Portaria 144/2024, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o Artigo 74, III, c, combinado com o art. 6º, XVIII, f, da Lei 14.133/21;

CONSIDERANDO que o processo se encontra devidamente formalizado e autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Boa Esperança;

CONSIDERANDO que há disponibilidade orçamentária e financeira em conta sintética nas dotações sob os números:

01.031.0001.2.024	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS
3390.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3390.35.03	CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

CONSIDERANDO que não há necessidade de cotação de outras empresas pois se trata no caso de processo administrativo de inexigibilidade de licitação;

CONSIDERANDO que o preço é compatível com o valor de mercado.

CONSIDERANDO que foi observado todo o previsto no Art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21.

Esse Agente de Compras, salvo melhor e superior juízo, pelo reconhecimento da situação de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** sob nº 10/2025, objetivando a contratação de curso com a empresa INSTITUTO DE DIREITO PUBLICO AVANÇADO, inscrita no CNPJ: 33.189.097/0001-81, para serviço de Consultoria e Treinamento sobre a Lei de Licitações e Contratos de acordo com a Lei 14.133/2021, na Câmara Municipal de Boa Esperança – MG.

Boa Esperança, 25 de novembro de 2025.

Ana Luiza Costa Alves
Agente de Compras

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA LUIZA COSTA ALVES
Data: 25/11/2025 17:15:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA – MG
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Acatando o julgamento e atos processuais do Agente de Compras da Câmara Municipal de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais e examinando as propostas indicadas na presente inexigibilidade de licitação, relativa ao processo de contratação de nº43/2025, inexigibilidade de licitação nº 10/2025, opino pela **ADJUDICAÇÃO** da Contratação da Empresa **INSTITUTO DE DIREITO PUBLICO AVANÇADO**, inscrita no CNPJ: 33.189.097/0001-81.

O presente processo licitatório transcorreu de forma normal, não havendo interposição de recurso e de conformidade com a legislação pertinente.

Boa Esperança, 25 de novembro de 2025.

Delber Augusto de Araújo
Presidente da Câmara Municipal

DELBER AUGUSTO DE
ARAUJO:0337128162
0

Assinado de forma digital
por DELBER AUGUSTO DE
ARAUJO:03371281620
Dados: 2025.11.25 17:58:31
-03'00'